

# Novos movimentos sociais ou a fratura das lutas de classe? Uma crítica a Alain Touraine

**Pablo Almada**

Professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

### **Novos movimentos sociais ou a fratura das lutas de classe? Uma crítica a Alain Touraine**

**Resumo:** O presente ensaio debate a fundamentação da teoria dos novos movimentos sociais a partir da vertente francesa da sociologia da ação de Alain Touraine. Tendo em vista os desdobramentos sociais e políticos ocorridos no final dos anos 1960, sobretudo com a emergência do Maio de 1968 na França, a elaboração teórica de Touraine se baseou no princípio da passagem da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, para atualizar as concepções das lutas sociais. Porém, em uma análise aprofundada dos pressupostos epistemológicos e teóricos utilizados pelo sociólogo francês, percebe-se que há um deslocamento das lutas de classe para as lutas por identidade, tomando como base o movimento estudantil. A crítica aqui apresentada procura enfatizar os limites dessa proposta, observando como ela se articula com a noção de fim da centralidade do trabalho.

**Palavras-chave:** 1. Sociedade pós-industrial; 2. Movimento estudantil; 3. Sociologia dos movimentos sociais.

### **New social movements or the fracture of class analysis? A critique to Alain Touraine**

**Abstract:** This article debated the fundamentals of the new social movements' theory, based on Alain Touraine's French version of sociology of action. Given the social and political developments in the end of the 1960s, especially May 68 in France, Touraine's theoretical framework relied on the principle of transition from an industrial society to a post-industrial society, in order to update the conceptions of social struggles. However, in a deeper analysis of the epistemological and theoretical assumptions utilized by the French sociologist, one realizes that there is a shift from class struggles to identity struggles, taking as a reference the student movement. This critique aimed to emphasize the limits of such a proposal, by observing how it is articulated with the notion of the end of the centrality of labor.

**Keywords:** 1. Post-industrial society; 2. Student movement; 3. Sociology of the social movements.

O presente artigo procura debater a fundamentação da teoria dos novos movimentos sociais a partir de sua vertente francesa da sociologia da ação de Alain Touraine, corrente teórica que se tornou paradigmática para a construção das análises sobre os novos movimentos sociais. Tal perspectiva fundamenta-se, a partir do ponto de vista da retomada da importância dos sujeitos sociais, na compreensão da passagem das sociedades industriais para as sociedades pós-industriais. Segundo as constatações do sociólogo francês, são características dessa passagem as mudanças significativas no caráter das reivindicações sociais: as demandas materiais, da sociedade industrial, estariam sendo substituídas pelas demandas imateriais das sociedades pós-industriais.

Em torno dessa passagem, as considerações sobre os ocorridos do *Mai de 1968* são fundamentais. Seria nesse momento histórico que – não apenas na França, mas em outros países da Europa e nos Estados Unidos – estariam sendo operadas transformações no modo de ser da produção, gerando implicações diretas sobre os sujeitos sociais, em especial nos setores mais organizados do movimento operário e do sindicalismo.

Diante da ascensão e do declínio das reivindicações da classe trabalhadora, Touraine postularia a emergência de novos movimentos sociais – em oposição aos movimentos operários anteriores – que teriam a função de continuar as lutas sociais, mas diferentemente do passado. A continuidade e a ruptura das reivindicações sociais configuram-se, portanto, como reflexões centrais na obra de Touraine em finais dos anos 1960 e durante toda a década de 1970, iniciando-se em *La conscience ouvrière* (1968) e *La société post-industrielle* (1969) e desenvolvendo-se em suas pesquisas subsequentes, como *Production de la société* (1973) e *La voix et la regard* (1978). Vale ressaltar que tais obras abrem um leque de questões para entender os chamados novos movimentos sociais, como as características das ações sociais e coletivas das sociedades pós-

industriais e, sobretudo, a questão das identidades. As obras *La voix et la regard* (1978) e, já nos anos 1980, *Le retour de l'acteur* (1984), formulam, incisivamente, a teoria dos novos movimentos sociais, cujo ponto de partida é entendê-los como “a conduta coletiva organizada de um ator de classe lutando contra seu adversário de classe pela direção social da historicidade de uma coletividade concreta” (TOURAINÉ, 1978, p. 107).

É importante frisar que o conjunto das teorias pós-industriais teve grande impacto e singular importância na teoria social, sobretudo na análise das questões sobre o trabalho e sua centralidade, desenvolvida ao longo dos anos 1970 e 1980. Nesse sentido, destacaram-se: nos Estados Unidos, Daniel Bell, que destacou o crescimento da sociedade de serviços em substituição ao mundo industrial (BELL, 1977; 1980); na Alemanha, a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, que apontou para a substituição da ação instrumental do trabalho por uma ação comunicativa centralizada na linguagem (HABERMAS, 1985); e, por fim, as teorias dos novos movimentos sociais, que substituíram o viés das lutas de classe, presente no pensamento de Alain Touraine, que serão aqui apresentadas. Nessa última vertente, de forma geral, ao enfatizar a necessidade de retomada do sujeito – marginalizado pela sociologia clássica –, empreendeu-se um deslocamento do problema das ações de classe para as ações coletivas parcialmente separadas do universo classista.

A fim de explorar melhor essas questões, o presente artigo aponta para a compreensão da renovação das formas de ação coletiva, em que a perspectiva de Touraine constrói uma separação dicotômica entre as lutas sociais, representadas nas oposições entre as lutas estudantis e as lutas operárias, da forma como se configuraram na França aos finais da década de 1960. Aqui, argumenta-se que essa distinção é parcializada, pois entende que o movimento estudantil seria o *ponto-chave* do problema, a saber, que a partir dele se configuraria um paradigma de substituição dos movimentos operários. A distinção entre velhos e novos movimentos sociais é significativa nesse debate, mas representa um imperativo teórico próprio ao ponto de vista funcionalista. A crítica aqui apresentada procura destrinchar essa limitação, muitas vezes ignorada pela teoria social, que acaba por considerar uma transição natural da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, designando a perda de importância dos movimentos operários e de trabalhadores.

## A sociologia da ação na sociedade pós-industrial

A sociologia da ação de Alain Touraine, formulada pela primeira vez nos anos 1960, em sua obra *La sociologie de l'action* (1965), trouxe novo fôlego à sociologia francesa, até então permeada pelo funcionalismo durkheimiano, pelo conservadorismo reformista de Raymond Aron e pelo estruturalismo sociolinguístico. Em oposição a essas tradições dominantes, Touraine procurou fundamentar sua teoria no historicismo, através das orientações culturais e sociais presentes em uma sociedade que enfatizariam a ação dos sujeitos. Nesse sentido, “o objetivo da análise da sociologia da ação é entender a razão de ser dos modelos sociais construídos por um sujeito histórico a partir da sua situação de trabalho”, e propor, “ao invés de considerar o comportamento individual e coletivo como uma resposta a uma determinada situação social, pesquisar a constituição dessa situação social a partir de uma experiência criativa” (TOURAINÉ, 1965, p. 120).

Para tanto, a ênfase na ação somente pode ser claramente definida separando as doutrinas sociais pré-historicistas, as quais articulam diretamente a consciência social com o trabalho, da sociologia científica da sociedade industrial, que se separa das explicações meta-sociais, por se afirmar como produto do conhecimento industrial. Tomando como base a referência ao trabalho como fundamento do sujeito histórico, a teoria da ação propõe uma redefinição do sujeito histórico com explicações das situações históricas dos homens, o que apresentaria o trabalho como uma consciência submissa, dada a partir da “submissão à ordem e como execução de um dever prescrito”, indicando que “os resultados do trabalho não poderiam ser atribuídos à intervenção humana, a sociedade não pode ser pensada como um produto do trabalho humano” (*ibid.*, p. 129).

A sociedade de classes, na sociedade industrial, toma forma de uma relação duplamente dialética: por um lado, a dialética entre dominantes e dominados e, por outro, a dialética do processo de poder, entre produção e controle. Porém, nas sociedades industriais as relações de poder ganham maior destaque, justamente por derivarem das ações históricas industriais. De forma crítica,

pode-se concordar que, apesar de almejar uma ruptura com o positivismo, Touraine compartilhava com Saint-Simon a concepção de que o “conhecimento científico se converteria na base do poder social e os antagonismos de classe desapareceriam” (CALLINICOS, 2011, p. 145).

Esse seria o ponto de apoio para observar o surgimento de novas sociedades denominadas pós-industriais (para se referir ao tipo de industrialização combinada com formas socialistas), tecnocráticas (como referência ao tipo de poder) ou, preferencialmente, sociedades programadas (como referência à natureza do trabalho e da ação econômica) (TOURAINÉ, 1971; 1985).<sup>1</sup> Nelas estaria contida a identificação de um avanço na organização racional do trabalho e da economia, além da improbabilidade de conservação dos conflitos de classe.

Se a *sociedade industrial* é definida como “aquela onde o investimento serve sobretudo para transformar a organização do trabalho”, demarcando-se sobre a organização precedente que “não atingia mais do que o nível do fabrico e, portanto, as relações dos trabalhadores entre eles”, e cuja principal característica seria a “transformação dos meios de produção”; a *sociedade pós-industrial* é definida pela “inovação, pela capacidade de inventar novos produtos a partir de investimentos científicos e tecnológicos”, além da gestão, ou seja, “a capacidade de fazer funcionar sistemas complexos de organização e de decisão”, na qual “o investimento produz bens simbólicos, que modificam os valores, as necessidades, as representações, mais ainda do que bens materiais ou mesmo serviços”; em suma, “na sociedade pós-industrial, o conjunto do sistema econômico é o objeto de uma intervenção na sociedade sobre si mesma” (TOURAINÉ, 1985, p. 150-151).

---

<sup>1</sup> Destarte, Touraine (1971) demarca o início de sua formulação sobre a teoria das sociedades pós-industriais e dos movimentos sociais relacionando-os imediatamente com as transformações sociais provenientes das rebeliões operárias e estudantis de 1968. Já nos anos 1970, suas obras, ainda que relacionadas com a questão estudantil, apresentam maior preocupação em explicar a desvinculação da consciência operária aos limites da prática laboral, em um contexto de declínio do movimento operário na França e na Europa. Posteriormente, Touraine (1985) desenvolve a questão das identidades, cerne para suprir o déficit analítico explorado nas décadas anteriores, da separação entre a consciência operária e a consciência das ações dos movimentos sociais. Entende-se, para fins do desenvolvimento do argumento deste artigo, que a escolha das obras citadas deve-se a recorrerem, de forma mais contundente, à noção de identidade como mediação das ações coletivas.

No ambiente da produção, demarcar-se-ia a principal transformação entre os dois modelos com ênfase na tecnologia, pois não seria mais a atividade material que determinaria a sociedade. Na sociedade industrial, a tecnologia ficaria subordinada à organização do trabalho e à empresa da classe dirigente; por sua vez, na sociedade pós-industrial, a tecnologia é produto das políticas econômicas e científicas e, logo, está subordinada às ações da tecnocracia do poder (TOURAINÉ, 1978). Em vista disso, falar em sociedade pós-industrial seria o mesmo que falar em sociedade programada, já que o foco seria a própria ação da sociedade sobre si mesma, possibilitando a sucessão dos níveis de historicidade: do industrial para o pós-industrial.

O argumento de Touraine almeja perceber que as sociedades se encontravam integradas por mecanismos de controle do trabalho e de vinculação ao consumo, criando o desafio sociológico de analisar como os fatores de produção se expandem para todos os domínios da vida – passando pela educação, pelo consumo e pela informação, tendendo para a integração nas forças de produção. A dominação passa a ser o fundamento da integração social e da manipulação cultural, englobando as formas de participação dos sujeitos. Porém, a análise da exploração econômica deveria ser substituída pela análise da alienação, porque “a alienação é (...) a redução do conflito social por meio de uma participação dependente” e, conseqüentemente, “oferecer aos trabalhadores a participação na organização de uma empresa, quando não são senhores das próprias decisões econômicas, reduz-se à sua alienação, se eles não considerarem essa participação uma posição estratégica no conflito com os dirigentes da empresa”, o que permite a conclusão que “nossa sociedade é uma sociedade de alienação (...) por seduzir, manipular e integrar (TOURAINÉ, 1971, p. 13). Em suma, os conflitos sociais tomam outra forma na sociedade programada, pois “não são da mesma natureza que na sociedade anterior”, pois “opõem menos o capital ao trabalho do que os aparelhos de decisão econômica e política àqueles que são submetidos a uma participação dependente” (TOURAINÉ, 1971, p. 13).

Na sociedade programada, o conflito social proporia o combate à alienação, estimulando o “reconhecimento do conflito social que se interpõe entre os atores e os valores culturais” (*ibid.*, p. 14). A disputa no novo modelo social teria como centro a cultura, pois ela seria “um conjunto de recursos e de modelos

que os atores sociais procuram gerir, controlar, (...) se apropriam ou cuja transformação em organização social negociam entre si” (TOURAINÉ, 1985, p. 24). Por fim, os conflitos sociais almejavam o controle dos meios de reprodução cultural, pois, com transformações significativas do conflito de classes, a classe operária e suas demandas materiais já não seriam um *ator histórico*, porque os novos conflitos sociais se situariam no espaço do consumo e não no da produção.

### O movimento estudantil como movimento social?

A partir de finais dos anos 1960, Alain Touraine – juntamente com outros pesquisadores da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), como François Dubet, Michel Wiewiorka e Zsuzsa Hegedus – estabelece um amplo programa de pesquisa para a sociologia da ação. A fim de compreender as transformações dos movimentos sociais na passagem das sociedades industriais para as sociedades pós-industriais, Touraine estabelece o estudo de cinco tipos de movimentos sociais: o *movimento operário*, por ter sido o grande movimento da sociedade industrial com significativa força política; o *movimento estudantil*, por apontar o declínio da *intelligentsia* tradicional e a possibilidade aberta pelos protestos de maio de 1968 de surgimento de novos conflitos sobre as formas sociais de produção e uso do conhecimento; o *movimento de mulheres*, que representa a liberação cultural em um novo tipo de conflito social; os *movimentos nacionalistas*, que reivindicam identidades culturais; e o *movimento ecologista*, ambientalista e antinuclear (TOURAINÉ, 1978).

O interesse por esses movimentos, ainda que inseridos em um contexto de novidades em suas mobilizações e em seu caráter organizativo, procuraria responder ao seguinte objetivo: “descobrir o movimento social que ocupará, na sociedade programada, o lugar central que foi do movimento dos trabalhadores na sociedade industrial e do movimento pelas liberdades civis na sociedade de mercado que a precedeu” (*ibid.*, p. 42). Os acontecimentos de maio de 1968, em especial a forma da luta social adquirida pelo movimento estudantil, seriam de suma importância para Touraine, reorientando seus interesses teóricos e levando-o a pormenorizar os problemas dos novos movimentos sociais e suas



configurações nas sociedades contemporâneas (TOURAINÉ, 1968; VAILLANCOURT, 1991). A continuidade dessa investigação culminou na composição de um método de análise da sociologia da ação, descrita como uma forma de intervenção sociológica, que parte do olhar para articular-se com a teoria e a prática das lutas sociais.

A explicitação desse método para a pesquisa dos movimentos estudantis, por sua vez, procurava elucidar a hipótese formulada em 1968, de saber se o movimento estudantil poderia se tornar, de fato, um movimento social, o que dependeria da capacidade de mobilização dos estudantes e da colocação do problema central de sua reivindicação: a produção do conhecimento (TOURAINÉ *et al.*, 1978; TOURAINÉ, 1978). Para tanto, seria preciso explorar a relação entre universidade, produção de conhecimento e as ações coletivas apresentadas pelos movimentos estudantis nas sociedades programadas. O ponto de partida seriam as mudanças operadas pelas sociedades programadas e as relações diretas com o conhecimento e a universidade, exigindo rearranjos no seio do sistema produtivo. A universidade não estaria imune às novas lógicas do conhecimento e à integração às forças produtivas, assumindo um papel privilegiado para a contestação do novo desenho social. Assim, não mais seria possível existir um relativo isolamento da universidade em relação à sociedade, como no passado, quando se defendia “a ordem social e as heranças culturais” (TOURAINÉ, 1971, p. 16).

É a inserção junto ao processo produtivo que possibilitaria o surgimento de novos conflitos sociais: “a universidade é o lugar privilegiado de formação de novas lutas sociais, porque os entraves sociais são menos fortes do que em qualquer outro campo (...) porque a função social do conhecimento é um problema geral” (*ibid.*, p. 18). Tais transformações nas relações entre a ciência e a produção, entre a tecnocracia social e a capacidade de resistência praticada no interior das universidades, resultariam em novos conflitos, caracterizados como “revoltas culturais” no âmbito do consumo. Esses foram alguns dos pontos de partida utilizados por Touraine para a compreensão dos fenômenos de revolta cultural que simbolizaram o *Maio de 1968*. Nesse sentido, os protestos estudantis franceses se deram por uma conjunção entre o movimento estudantil e o movimento operário, criando um conflito entre um sindicalismo cada vez mais institucionalizado e próximo das decisões e do poder, e um movimento

estudantil composto por setores “economicamente mais avançados” (*ibid.*, p. 23).

Isso permitiu renovar e inovar a crítica e a radicalidade estudantil, de forma a aparecer como um *novo movimento social*, ao apresentar ações para controle da mudança social, um sentido político definido e, por fim, se posicionaria nos intermédios entre “os conflitos e contradições da sociedade, do seu sistema social e político” (*ibid.*, p. 103). O movimento estudantil seria uma espécie de *primeiro movimento social*, pelo qual se poderia visualizar as formas de atuação e a elaboração de novas reivindicações sociais para além das reivindicações classistas precedentes, além de participar da disputa por maior participação nos bens sociais, logo, uma disputa pelo poder tecnocrático, muito mais do que pela transformação social.

Haveria, portanto, duas fases de sua postulação dos movimentos estudantis diante das novas considerações: (i) os *aspectos* do movimento e (ii) a *dinâmica* do movimento. Sobre os aspectos do movimento, Touraine enfatiza a *crise universitária*, pois ela teria como ponto de partida a compreensão das dificuldades próprias do sistema universitário para se modernizar perante as transformações sociais em voga, as necessidades impostas à universidade e o estreitamento de suas relações com o mercado. A renovação institucional universitária estaria sendo desafiada por parte da assimilação democrática e pela própria tradição burocrática vinculada e submetida ao Estado. O complemento para a efetividade dessa renovação está na ascensão social permitida pelo Estado de Bem Estar Social, que redimensionaria o papel da universidade para além do corporativismo e da burocracia. A proposta de reformas universitárias procuraria dar conta desse problema para instituir reformas parciais, visando a necessidade de formação segundo as necessidades do crescimento econômico. A rigidez universitária anterior impossibilitaria que se assumisse a institucionalização das práticas pretendidas pelos estudantes, à medida que a reforma universitária teria um lado dúbio: “permitir iniciativas e limitar as explosões” (*ibid.*, p. 108).

Em segundo lugar, Touraine procura questionar a característica mais proeminente do movimento estudantil, sua capacidade de ser um *movimento antitecnocrático*. Nesse sentido, transformações econômicas de meados do século XX elevariam o conhecimento ao status de “força essencial de

reprodução”, enfatizando o progresso tecnológico, os métodos de gestão e de investigação como um novo papel designado para a universidade, articulado com a transformação econômica vigente. Para Touraine, caso a universidade desejasse manter seu poderio perante o Estado, deveria se adaptar a essas transformações, rompendo com o modelo anterior de qualificação desvinculada do mercado de trabalho.

No entanto, essa conjunção entre conhecimento, crescimento econômico e garantias do poder político levaria à afirmação de uma tecnocracia, que seria o poder “exercido em nome dos interesses dos aparelhos de produção e de decisão, políticos e econômicos, que visam o crescimento e o poderio” e que, dessa forma, “consideram a sociedade apenas como conjunto de meios sociais que devem ser utilizados para atingir o crescimento econômico” (*ibid.*, p. 110). O conhecimento, ao ser subordinado à tecnocracia, causaria uma resistência no interior dos espaços de produção de conhecimento, como centros de investigação, universidades ou indústrias e empresas de informação, o que traria uma perspectiva mais atuante às lutas iniciadas nesses espaços.

Porém, é preciso questionar se os movimentos estudantis se enquadrariam por completo na perspectiva de uma contraposição à sociedade programada; ou se, por outro lado, a simbiose entre *conhecimento-crescimento-poder* não é uma generalização e uma perspectiva que apontava para o sucesso integral da sociedade programada para além dos espaços de capitalismo dito avançado, o que revela a insuficiência na sua própria concepção. A transição entre sociedades e o “meio do caminho” atribuído ao movimento estudantil, pelo menos em âmbito teórico, implicariam em questionar as relações e alianças políticas entre os estudantes e a classe operária.

Na França, essa aproximação se daria por especificidades culturais como “a tradição das lutas sociais, a fraca integração social da classe operária, marcada pelo autoritarismo patronal, a fraqueza dos sindicatos e a força do partido comunista” (*ibid.*, p. 111). Tratando essa questão como uma especificidade local, não haveria a garantia de abrangência para outros contextos. Por outro lado, Touraine considera que, mesmo com esse aspecto cultural, não houve uma ação conjunta de estudantes e trabalhadores na França. O argumento de Touraine baseia-se no deslocamento dos interesses dos sindicatos para questões privadas, apontando para um esvaziamento na ação do sindicalismo, o que

indicaria que este “já não está no centro dos movimentos de transformação social” (*ibid.*, p. 113).

Portanto, seria possível questionar se a aliança entre os movimentos estudantil e operário de fato não se constituiu em uma lacuna na análise de Touraine. Este não reconhece qualquer possibilidade concreta de efetivação dessa relação, por conta da *centralidade dos movimentos estudantis como movimentos sociais*, representantes de um novo período pós-industrial, e do *enfraquecimento sistemático dos movimentos sindicais* da época, que retirou a centralidade de luta da classe operária – ainda que não signifique o desaparecimento da sociedade de classes.

De acordo com esse diagnóstico, Touraine considera o movimento estudantil um movimento revolucionário, porque conjugaria três elementos capazes de apontar uma inadaptação do sistema institucional para com as demandas de conflito de classes: a *decomposição da universidade*, a *incapacidade do sistema institucional de controlar as mudanças ocorridas* e a *formação de um movimento social em um sistema econômico profundamente alterado*.

O encadeamento desses fatores está na base das classes sociais e suas defesas institucionais, o que resultou na proteção das antigas classes e na luta contra as novas formas de dominação. Esse problema se sintetiza na oposição entre a modernidade tecnológica e a conservação da dominação de classe, como empecilho a ser combatido por tais movimentos; os estudantes poderiam ser os “principais atores” desse processo, ao atacar “diretamente os centros do poder, sem ser refreados pela defesa de interesses econômicos e pela luta no seio de organizações fortemente estruturadas” (*ibid.*, p. 115). A revolta criada pelos estudantes, nesse sentido, iria além das disposições classistas do período anterior, definindo o conflito por *novas identidades individuais e coletivas* que resultaria em uma *revolta cultural*, de apropriação dos meios culturais e impulsão para uma forma diferenciada de identidade, ligada “à natureza de novas opressões sociais” (*ibid.*, p. 118).

As novas opressões sociais seriam o fundamento para a entrada em cena de novos atores sociais, como o movimento estudantil. As especificidades apontadas ao movimento francês despontam para sua rápida formação como movimento social e político, no tocante à expansão de suas ações, conforme as reivindicações iriam “para além do domínio das reformas universitárias” (*ibid.*,

p. 119). O diálogo e as aproximações com grupos revolucionários, partidos políticos e sindicatos trouxeram maiores perspectivas de ação, ampliando o movimento e permitindo uma postura ativa contra o enraizamento do poder.<sup>2</sup> Contudo, pelas considerações de Touraine, o movimento francês se faria revolucionário porque “aliou a afirmação de novas forças sociais e políticas à luta contra antigas blocagens institucionais”, de forma a lutar “contra a nova sociedade atacando o antigo regime e, em especial, antigas formas de autoridade e de decisão” (*ibid.*, p. 121). Essa perspectiva estreita as relações entre a ruptura com o passado e a necessidade de construção de outras lutas sociais no presente, embora o aspecto de ruptura se localize na compreensão de continuidades das situações sociais dadas historicamente. O movimento se deparou com o desafio de implementar novas formas de ação coletiva contrárias ao poder, à autoridade e ao engessamento institucional universitário, efetivando um combate político e ensaiando a aproximação com outros movimentos sociais, para garantir sua continuidade.

Ao contrário de inserir-se na perspectiva política da sociedade programada, o movimento acabou por definir-se “pela sua própria natureza, pela dos adversários sociais e pelos seus objetivos de transformação global” (*ibid.*, p. 129). Embora houvesse uma alteração das práticas, reconhecia, o movimento permaneceria em sua natureza ligado aos conflitos da sociedade industrial. E é nesse ponto que se evidencia a contradição do pensamento do sociólogo francês.

Admitindo que o movimento estudantil apresentava-se como uma novidade no cenário político e ideológico, pergunta-se: os setores mais importantes desse movimento elucubraram posicionamentos políticos mais próximos do conflito contra a “sociedade moderna burguesa” (ou seja, mais próximos do movimento operário) ou posicionamentos políticos que denunciaram as “novas formas de poder”? Ao empreender sua pesquisa sobre os grupos internos do movimento estudantil, Touraine encontra uma significativa diferença entre os grupos militantes e a população estudantil em geral, sendo que os primeiros continham uma bagagem ideológica e intelectual

---

<sup>2</sup> Não necessariamente essa seria uma especificidade do movimento na França, mas se coaduna com a noção de “catalisador” de lutas sociais, como havia dito Marcuse (1981).

que permitia o engajamento, além de estarem presentes ligações com aparelhos sindicais e políticos que permitiam novas formas de ação coletiva (*Touraine et al.*, 1978; *Minguet*, 1980).

Finalmente, Touraine não hesita em afirmar que o movimento estudantil é um movimento que, apesar de uma configuração muito próxima dos movimentos sociais com demandas reais, ainda não é real, porque não possuiria uma ação social definida, que geraria a capacidade de adquirir uma dimensão social mais ampla, ou seja, possibilitaria fortes mobilizações e impulsão da ação coletiva. Esse argumento é decisivo para conduzir à compreensão da derrocada dos movimentos estudantis subsequentemente a 1968, bem como para afirmar que os movimentos iniciados na sociedade industrial não alcançarão voos mais altos na sociedade pós-industrial. Isso elucida as atitudes políticas de muitas das correntes vanguardistas do movimento estudantil, que tentariam sobreviver e manter sua influência de politização como nos anos anteriores. Notadamente, tal problema encontra-se enraizado no pressuposto que conduz essa análise: a transição da sociedade industrial para a pós-industrial. Seria então essa possível indefinição “historicista”, de passagem entre dois modelos culturais, que tornaria o movimento oscilante, não permitindo sua definição para além de um contexto especificamente nacional? Ou tal pressuposto teórico conduziria a análise sociológica a considerar outro nível mais aparente das conflitualidades sociais do que a dimensão classista?

### A transformação das demandas reivindicativas

Faz-se imprescindível questionar o estatuto dessas novas opressões das sociedades programadas em relação às quais o movimento estudantil parece tender a não se “modernizar”. Ainda que o movimento estudantil seja referido através de um conteúdo revolucionário, as transformações impostas na sociedade parecem deixá-lo sem um rumo e sua crítica se diluiria com a emergência dos novos movimentos sociais.

É nesse ponto que reside a problemática de Touraine: os movimentos classistas, provenientes da sociedade industrial, dariam espaço para outros tipos de movimentos sociais, agora na reivindicação por demandas simbólicas e pós-

materiais, através do caminho aberto pelos estudantes. Há alguns elementos que poderiam comprovar isso, como a ênfase dada aos movimentos ambientalistas e de caráter identitário (TOURAINÉ, 1985). Demarca-se essa posição por um contexto de otimismo gerado pelo desenvolvimento econômico na Europa e a recusa de uma permanência das lutas de classe, conforme o Estado Social e sua coalizão de classe se afirmariam pelo crescimento da empregabilidade e aumento do poder de compra (SASSOON, 2010, p. 191).

Essa passagem é desprovida de historicidade e do levantamento de contradições entre a sociedade industrial e a sociedade pós-industrial. Isso pode ser constatado em termos da *condição proletária*, que, segundo Touraine, “numa sociedade em vias de enriquecimento e de institucionalização dos conflitos do trabalho, já não pode ser o tema central dos debates sociais”; assim, “a autonomia das coletividades locais, a liberdade e a ‘desestatização’ das instituições universitárias, a adaptação do trabalho à mão-de-obra e uma verdadeira política dos rendimentos, constituem os objetivos em volta dos quais podem organizar-se, e se organizam os movimentos sociais” (TOURAINÉ, 1971, p. 81-82).

A premissa de Touraine é o sucesso do desenvolvimento econômico e o controle, por parte do Estado, do conflito entre capital e trabalho, uma passagem cristalizada entre dois modelos de sociedade, sem a compreensão dos antagonismos das transformações sociais existentes. Se Touraine rebate a “naturalização” da passagem da sociedade industrial à sociedade pós-industrial, ou seja, a estreita compreensão entre progresso e modernização elaborada pela sociologia clássica (sistêmica e funcionalista),<sup>3</sup> o mesmo efetiva o contrário dessa perspectiva, ao romper com o funcionalismo sistêmico e ressaltar a importância do ator.

---

<sup>3</sup> Para Touraine (1985), a sociologia clássica define atores apenas como favoráveis ou contra o progresso, sendo eles ocultados ou pelo progresso ou pelo determinismo econômico. Sua crítica à sociologia funcionalista atua no sentido de apontar que aquela elimina a ação, substitui os atores coletivos por categorias e define seus níveis e estratos de atuação pela participação social, configurando, portanto, três princípios válidos da sociologia clássica: 1) a fusão do tipo de sociedade e sentido da história na ideia de sociedade moderna; 2) identificação do sistema social com o Estado nacional, o que daria lugar central às instituições; e 3) substituição dos atores sociais por conjuntos estáticos, relacionando a participação social e a lógica do funcionamento da sociedade civil.

A definição de movimentos sociais, de acordo com os delineamentos anteriores, se faz um desafio para a compreensão da sociologia da ação. Nela, se procura perceber que *conflitos* são respostas a certas situações, enquanto *lutas* são iniciativas de ação; um movimento social não seria uma resposta a uma situação social, mas “o resultado do conflito entre movimentos sociais que lutam pelo controle dos modelos culturais, da historicidade”, e que, portanto, essa historicidade constitui-se como “uma ação conflitual (...) transformada em uma forma de organização social, definida tanto por normas culturais gerais como por relações de dominação social” (TOURAINÉ, 1985, p. 101-102).

Isso significa que os movimentos sociais não teriam necessariamente uma origem de classe, apenas uma origem no que se designa como “conflito”, em ruptura com um “princípio meta-social”, “a ideia de uma contradição entre sociedade e natureza”; assim, “torna-se necessário conceber as classes como atores colocados não em contradições, mas em conflitos” (*ibid.*, p. 104). Por isso, em sua definição de movimentos sociais, Touraine irá enfatizar a *conflitualidade* e não as contradições, entendendo que os movimentos sociais apresentam ações “culturalmente orientadas e socialmente conflitivas (...), de apropriação da historicidade, dos modelos culturais de investimento, de conhecimento e de moralidade, para os quais ele próprio é orientado”.

A noção de movimento social não é, *aparentemente*, separada das classes, porque enquanto se entenderia as classes como uma *situação* (o posicionamento de classes), o movimento social é a *ação*, a *ação do sujeito* na historicidade cultural, valorizando não as contradições, mas os conflitos. Pautando-se na contraposição à sociologia clássica, em que classe e consciência de classe estariam interligadas, a sociologia da ação distingue a consciência e a classe, reforçando que haveria a presença do movimento social logo que houvesse conflitos de apropriação cultural, operando uma tradução do movimento social em ação política. E, nesse caso, se poderia delinear que os movimentos sociais são agentes de conflitos estruturais, ou seja, conflitos constituídos culturalmente em um sistema social. Essa é uma inovação proveniente da perspectiva do sociólogo francês em consonância com os ocorridos do *Mai de 1968*, enfatizando a identidade como o centro da disputa dos bens e dos meios culturais. Porém, como será demonstrado a seguir, tal perspectiva apresenta inúmeros problemas.



## Da fratura das lutas sociais ao fim da centralidade do trabalho

Considerando o que foi apresentado até aqui, se faz necessário apontar alguns dos problemas gerados pela teoria dos novos movimentos sociais de Alain Touraine, com base em sua fundamentação a partir dos movimentos estudantis.

Em primeiro lugar, é necessário questionar a validade da *separação entre as lutas estudantis e as lutas operárias* no *Maião de 1968* e o caráter de classe dessas mobilizações. É preciso salientar que, em contraposição à separação das lutas sociais, observa-se que o crescimento das mobilizações do movimento estudantil francês aumentou significativamente após a busca dos estudantes por uma associação com os trabalhadores fabris e os professores secundaristas (Eley, 2005). A crescente adesão de grupos políticos de orientação maoísta, em sua maioria da *Union des Jeunesses Communistes Marxistes-Léninistes* (UJC-ML), ligada ao *Parti Communiste Français* (PCF), e de correntes de filiação trotskista, como a *Jeunesse Communiste Révolutionnaire* (JCR), bem como a intensificação de levantes estudantis em outros países da Europa como Espanha, Itália, Polônia, Alemanha e Grã-Bretanha e o aumento da militância na Bélgica e na Suécia também serviram de exemplo para a organização parisiense.

No entanto, a construção de um quadro ampliado de oposição à Guerra do Vietnã e outras questões políticas mundiais foi o elemento que unificou, em um primeiro momento, estudantes e trabalhadores, com maior destaque para os conflitos desencadeados pelos estudantes: a primeira forma de tensão foi entre governo e estudantes. Num segundo momento, com a redução da intensidade das mobilizações estudantis, iniciou-se uma mobilização de trabalhadores sem precedentes na Europa, com a disposição grevista passando dos estudantes para os operários, resultando em dez milhões de operários em greve na França.

Seguindo com inúmeros confrontos diários, os estudantes ganharam o significativo apoio da população parisiense. Internamente, facções de extrema-esquerda competiam pela liderança do movimento, mas o *Movimento 22 de Março*, que buscava a soberania e a participação das bases, acabou por ser mais aglutinador, através da formação de uma coalizão em comitês de ação locais,

composta pela *Union Nationale des Étudiants de France* (UNEF) e por Jacques Sauvageot, Alain Geismar e Daniel Cohn-Bendit. Já que o governo francês não se posicionou perante os acontecimentos, no dia 10 de maio de 1968 os estudantes, liderados pela UNEF e contando com apoio dos professores do *Syndicat National des Enseignements de Second Degré* (SNES) ocuparam o *Quartier Latin* e fizeram barricadas – método de resistência que na França está associado, sobretudo, aos momentos heroicos dos levantes populares e da Revolução Francesa.

Sob a palavra de ordem “ocupação do *Quartier Latin* mas sem atacar as forças policiais”, o reitor e vice reitor da Sorbonne propuseram receber e dialogar com os estudantes, algo que foi contraposto por Geismar e Sauvageot ao reivindicarem a anistia dos estudantes anteriormente presos, e que, resultou na continuidade dos estudantes a frente das barricadas (PARIS, 2008). A polícia atacou à noite, ferindo muitos estudantes e restando as barricadas. Diante dessa situação, Cohn-Bendit convocou uma greve geral pelo rádio, sendo hostilizado pessoalmente e fazendo com que o movimento fosse amplamente criticado pelo PCF, que denunciava a extrema esquerda e chamava os estudantes inimigos do PCF de pseudo-revolucionários.

Com o sucesso da convocatória de greve, os comunistas se juntaram às ações da *Confédération Générale du Travail* (CGT), que combinou, já sem muita escapatória, uma greve de protesto com outros sindicatos para o dia 13 de maio. A central sindical, vendo que não poderia conter o conflito entre os estudantes e o governo, acabou por apoiar o movimento estudantil: “Georges Séguy, chefe da CGT, foi forçado a incluir Cohn-Bendit na primeira fila, unindo publicamente a velha e a nova esquerda” (ELEY, 2005, p. 401). O movimento prosseguiu assumindo-se politicamente como *antigaullista*, demarcando um posicionamento de acordo com as especificidades conjunturais. Em razão dessa oposição, o Ministro da Educação Georges Pompidou preferiu minimizar os acontecimentos ao solicitar a retirada da polícia e reabertura da Sorbonne, fato que obteve, como moeda de troca, a liberação, por parte dos estudantes, das barricadas do *Quartier Latin*.

Aparentemente é essa a junção de trabalhadores e estudantes que é estabelecida pelo movimento, tornando-o símbolo da história contemporânea como marco revolucionário e político. Portanto, se num primeiro momento a

revolta francesa se centralizou na mobilização estudantil, num segundo momento a revolta foi liderada pelo movimento dos trabalhadores, que, ao contrário do que Touraine visualizou, não havia perdido por completo sua capacidade combativa, nem o movimento sindical havia se tornado meramente um instrumento institucional de representação dos trabalhadores. A ressonância desses acontecimentos foi patente na Itália, Bélgica, Grécia, Grã-Bretanha, Espanha e Portugal, animando principalmente as oposições aos regimes ditatoriais.

No entanto, a separação entre os movimentos pode ser contestada, de acordo com os “fortes vínculos entre as greves operárias e a agitação estudantil” na França, o que levaria a considerar que não se trataria de um processo de passagem para uma sociedade pós-industrial, mas sim de uma *renovação da condição proletária* (BRAGA; BIANCHI, 2008). Por isso, não seria possível aceitar considerações que desvalorizassem a condição dos trabalhadores para então valorizar as transformações no ensino superior sem compreender mais a fundo as transformações históricas advindas.

O argumento de fundo que oporia a sociedade industrial à sociedade pós-industrial e também a melhoria das condições econômicas à renovação da condição operária se encontra na suposição de que uma revolução técnico-científica, “baseada nas técnicas de automação industrial” em curso naquele momento, desvincularia os trabalhadores de uma centralidade produtiva, com a assunção desse papel por parte de técnicos e engenheiros, deslocando a problemática da centralidade da produção fabril para os laboratórios científicos – ou seja, da classe trabalhadora para as chamadas *classes médias* –, ainda que não se pudesse considerar que toda a mão-de-obra presente seria qualificada (LALOIRE, 1967).

Nesse sentido, Laloire (1967, p. 377-378) aponta que a noção de sociedade pós-industrial rompe com a condição operária fora da fábrica; além disso, para Touraine, é menos na sua condição de produtor do que na sua condição de consumidor que o operário define as suas reivindicações: ele tende, assim, a associar a ideia de salário justo já não ao seu esforço ou ao preço do produto do seu trabalho, mas ao custo de vida. A classe operária perde, desta sorte, algumas das características exteriores que havia adquirido no seu processo de formação histórica. “Os bairros operários desaparecem pouco a pouco dos subúrbios

vermelhos, surgindo em seu lugar os edifícios em regime de copropriedade em que o ajustador qualificado vive ao lado do representante de comércio, do engenheiro e do quadro médio da Administração” (*ibid.*, p. 378).

O questionamento subjacente diz respeito à realidade de um aumento da qualidade de vida da classe trabalhadora, nos moldes de um *American Way of Life*, o qual poderia ser suficiente para estabelecer condições de igualdade entre trabalhadores e burgueses. A crítica de Bianchi e Braga (2008) considera que esse quadro parece ser “ligeiramente falseado” e que “talvez seja essa uma visão finalmente superficial e simplista das coisas”, já que em termos de acesso à cultura e a bens de consumo pode ter havido uma modificação, mas, no que concerne ao modo de vida, as famílias operárias são profundamente marcadas pela condição operária, que não se transformou tão radicalmente como Laloire e Touraine apontavam.

Deve-se atentar para o fato da “existência de contingentes de mão-de-obra desqualificada presente mesmo em indústrias de capital intensivo” (BRAGA; BIANCHI, 2008, p. 30) e, por outro lado, as tentativas políticas de aumentar a educação e a qualificação média, técnica e superior dos trabalhadores, não significaria uma relação direta de substituição do proletariado industrial por trabalhadores técnico-científicos, nem que estes últimos seriam por completo a força motriz da produção nessa revolução de cunho tecnológico. Touraine observa que essa “nova” centralidade técnico-científica seria o ponto que marcaria a passagem do industrial para o pós-industrial e, além disso, não observa a problemática industrial senão pelos olhos da racionalidade da empresa, e seu ganho de poder econômico como um corpo homogêneo e não um espaço de lutas de classe.

O debate entre a centralidade da classe operária e a centralidade de novos grupos técnico-científicos no processo produtivo, a chamada *nova classe média*, deve ser contextualizado, a fim de considerar se as alterações no modelo educacional ofereceriam essa “nova” condição de classe técnico-científica ou se, pelo contrário, aprofundariam a condição proletária. Faz-se imprescindível verificar se as universidades tradicionais haviam sido substituídas por “fábricas de produção de conhecimento científico”, criando uma espécie de “ruptura simbólica” entre a “velha classe trabalhadora fordista” e seus filhos; a primeira, “amplamente desajustada frente às transformações da empresa”, os segundos,

inclinados para as “profissões gerenciais”, que gerariam expectativas de progresso individual “sistematicamente frustradas por sua inserção subordinada ao novo universo produtivo” (*ibid.*, p. 31-32).

Porém, ao contrário das perspectivas vigentes, que apontavam para a tendência ao desaparecimento dos trabalhadores, “a explosão universitária (...) foi fruto da combinação de alargamento simultâneo da oferta e da procura de força de trabalho intelectualmente qualificado com mudanças sociais relacionadas aos esforços individualizados por promoção social” (*ibid.*, p. 33). E, assim, surgiria uma tendência contrária à mudança pós-industrial e a sua revolução técnico-científica, uma tendência *crescente e global de proletarização do trabalho intelectual*.

Por esses argumentos, pode-se compreender que, à contracorrente de Touraine, a separação entre lutas estudantis e lutas operárias é nada mais do que uma insuficiência da percepção histórica das transformações do processo produtivo capitalista, fundamentada no otimismo da retomada do crescimento econômico a partir das políticas neoliberais do início dos anos 1980. Especificamente para Touraine, essa premissa é válida conforme seu quadro de pesquisas sustenta a crescente proliferação de movimentos sociais pela Europa, em especial do movimento ambientalista, que ganhava força por conta da ampla participação das classes médias, fato que permitiu que *O retorno do actor* (TOURAINÉ, 1985) fosse amplamente influenciado pela perspectiva política e identitária desse movimento. Dito de outra forma, se mesmo diante de um quadro de crise econômica as possibilidades de elevação de qualificação poderiam garantir uma passagem do simples operário manual ao técnico de trabalho intelectual, haveria o sucesso da mediação do Estado de Bem Estar Social na reprodução da classe trabalhadora em patamares mais elevados de qualidade de vida.

Tal reflexão coaduna-se com o ponto de partida de Touraine. Na sociedade pós-industrial as classes trabalhadoras têm seus níveis de vida elevados e as ações coletivas podem ser identificadas como ações de uma classe média, sem que se necessite do referencial de classe na formulação identitária enquanto movimentos sociais. Porém, a proletarização crescente e real geraria uma confusão em termos de observar essa nova disposição da classe trabalhadora mediante qualificação educacional – como fruto de um desenvolvimento linear

da história - como o surgimento de uma nova classe média, ao invés da análise das novas disposições da classe trabalhadora, já apontadas desde o início da ruptura com o compromisso fordista.

Em segundo lugar, parece ser necessário problematizar o conceito de *historicidade*. A historicidade é postulada como a capacidade de uma sociedade produzir sua existência e seu sentido (autoprodução); como orientação cultural; como desenvolvimento da Razão; como o simples “fazer história”; como maior disputa entre o controle dos meios de comunicação e orientação para a reprodução; como capacidade de demarcar a produção dos meios culturais; como “conjunto de modelos culturais, cognitivos, econômicos, éticos, pelos quais uma coletividade constrói as suas relações com o meio ambiente (...) produzindo um ‘estado de natureza’” (TOURAINÉ, 1985, p. 67).

Essas várias definições, ainda que apontem para a mudança de orientação da produção para a reprodução, são dadas numa *separação entre as ações e as relações* – o que, no plano teórico, viria a suprir os déficits da sociologia funcionalista que subordina as ações aos sistemas sociais –, resultando na separação entre sociologia da ação e filosofia da história, ou seja, entre a ação concreta dos atores e as leis socialmente predispostas. Em suma, a historicidade designa a finalidade de conquista de um movimento social. Essa posição é clarificada em sua definição de movimentos sociais, ou seja, “atores, opostos um ao outro (*sic*) por relações de dominação e de conflito, [que] têm as mesmas orientações culturais e lutam precisamente pela gestão cultural dessa cultura e das atividades que ela produz” (*ibid.*, p. 25).

Visto isso, é possível afirmar concretamente que esses “atores” tenham as mesmas orientações culturais *de fato* para que então construam sua ação coletiva? O que garante que, mesmo partindo de uma oposição de dominação e conflito – o que pode ser visto em termos supra-estruturais –, tais atores se constituam por um norte em comum? Ou, por outro lado, em que medida essa generalidade deriva de um relativismo cultural, o qual denota uma homogeneidade interna dos movimentos, unidos para determinado “bem comum”, mesmo que esse aspecto homogêneo forje as próprias capacidades dos movimentos? Seria ainda possível afirmar que a ação para a “gestão cultural” é uma derivação de uma neutralidade axiológica – a consideração weberiana da separação do mundo em esferas regidas por lógicas e racionalidades próprias e

autônomas que se entrecruzam – empreendida com vias a uma condução norteadora da ação coletiva?

O questionamento acerca da ação para a conquista da historicidade se estreita em termos de duas perspectivas teóricas nada contrapostas: as escolhas orientadas por valores por parte dos movimentos sociais compartilham de uma *dimensão positivista* para o sentido da ação; e de um *historicismo relativista*, assegurando uma especificidade temporal aos encargos culturais, sociais e políticos, e permitindo uma crítica cultural do capitalismo, romântica e conservadora (Löwy, 1996). Portanto, os movimentos sociais que lutam contra aqueles que estão no centro das relações de dominação seriam vistos pela pesquisa social através de valores homogêneos, desconsiderando o “condicionamento histórico e social do pensamento (...) as ideologias de classe por detrás do discurso pretensamente neutro e objetivo” (Löwy, 1996, p. 99).

Assim, o foco da sociologia da ação para um “bem comum” pode debater as concorrências internas que permitam ganhos, perdas e mudanças de objetivos, mas o próprio recorte historicista apenas permite que a cultura seja um “meio” abstrato e poroso, que os movimentos sociais devem conhecer para que consigam efetivar suas ações. Na medida em que não se problematizam o condicionamento histórico e as ideologias (sejam as dos próprios pesquisadores ou dos movimentos sociais), assume-se uma suposição axiológica “neutra” da pesquisa social que somente poderia, por parte dos movimentos sociais, se vincular ao campo “neutro” da cultura para buscar tal transformação social.

Epistemologicamente Touraine compartilha da *neutralidade axiológica*, mesmo que problematizando o positivismo das sociologias funcionalistas e procurando aproximar Marx de Weber. Sua aposta na sociologia da ação desvincula a sociologia da filosofia e, por assim dizer, compactua com os próprios primórdios dessa ciência, seu projeto de ser uma “empresa de despolitização (naturalização) do social e como antídoto à luta de classes”, bem como desconsidera que a sociologia crítica de Marx é, antes de tudo, uma “antissociologia”, já que a “investigação sociológica pode produzir informações úteis, mas o conjunto delas não constitui um pensamento e as informações factuais não constituem um saber” (BENSAÏD, 1999, p. 47).

Touraine compactua com a concepção weberiana de que a ação social é “uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao

comportamento de outros e se orienta nela no que diz respeito ao seu desenvolvimento” (WEBER, 1993, p. 399), permitindo uma compreensão racionalizante ou afetiva dos fatos, apenas no interior das lógicas racionalizantes das esferas sociais. A valoração da ação se remete diretamente aos problemas do positivismo na determinação da *neutralidade axiológica* – que não se restringem à forma de fazer ciência, mas afetam também a Filosofia da Ciência –, impondo a percepção de uma universalidade dos valores culturais compartilhados (LÖWY, 1996).

O *historicismo* de Touraine resguarda essa mesma posição, o que impede uma explicação razoável sobre a *transição* entre a sociedade *industrial* e a sociedade *pós-industrial*, e a designa como uma determinação não-explicativa, e não propensa, de forma heurística, a observar a transição histórica e contraditória dos modos de produção. Exatamente por isso, Touraine não pensa *como* os movimentos sociais são formados e o que os leva a se organizarem em torno de uma bandeira política/cultural para se manifestarem. Sua construção apenas mostra agentes já constituídos e sua ação social é neutra, o que causa, entretanto, um problema de indefinição dos “sujeitos” constituintes do movimento social (afinal, *qual a classe dos movimentos sociais?*), na medida em que seria preciso recorrer a uma dedução praticamente inerte daqueles que seriam os motivos para a reunião em movimento social.

Assim, uma compreensão da relação de classes e das ações coletivas pode recorrer a questionar o que faz com que centenas de indivíduos se transformem em uma coletividade, algo que depende da representação cultural para a comunicação entre as pessoas e para a própria reprodução dessas culturas; bem como investigar como, através dessa textura, se organizam discursos que motivam os atores a agir juntos, prevalecendo as motivações coletivas sobre as individuais (Eder, 1993). A noção de *ator* pode vir a ser entendida como uma reificação das classes sociais: é uma contraposição à ênfase que Touraine atribui aos atores, evidenciando que, ao se considerar estes em demasia, a ação vista por esse viés se sobrepõe à determinação da ação de classe.



## Conclusão

Sobre o movimento estudantil e sua “forma” de movimento social, esse questionamento coloca em causa o motivo do desequilíbrio entre a explicação de origem das rebeliões estudantis de 1968 e algumas de suas consequências. Outrossim, se poderia indagar os motivos que levaram à desvalorização do conteúdo do modelo anterior da universidade, o qual enfrentava problemas classistas e ideológicos evidentes e amplamente reconhecidos. A passagem da universidade industrial para a universidade dita pós-industrial é um fato enfrentado diretamente pelo movimento estudantil, não apenas na França, mas em grande parte das sociedades ocidentais – passagem quase sempre vislumbrada como a “benéfica” e “necessária” *modernização* das universidades e que, justamente por seu caráter contraditório, enfrentou múltiplas resistências por parte de setores mais organizados e ativos politicamente.

Por fim, as duas problemáticas acima apresentadas consideram que, mediante a oposição entre classes e movimentos sociais, os movimentos estudantis tendem a ser considerados como movimentos sociais – já que, para Touraine, estariam na passagem da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, se identificando mais com a segunda. No entanto, esse argumento é problemático, porque separa as lutas dos trabalhadores das estudantis e atribui uma equivocada centralidade a estas últimas. A pesquisa social, ciente dessa insuficiência explicativa, pode encaminhar-se para perceber tais conexões e construir um arcabouço que não crie uma oposição entre movimentos sociais e classes sociais, na medida em que isto só fará sentido caso a análise dos movimentos sociais seja observada em termos de uma *disposição conflitiva e classista*.

É preciso assinalar que Touraine não percebe que o argumento de *sociedade de integração é ideologicamente favorável à imposição de um programa de derrota aos movimentos sociais operários* – bem como aos movimentos estudantis, feministas e a todos aqueles contrários à imposição de uma sociedade pós-industrial –, entendendo que os novos movimentos sociais, como, por exemplo, os ambientais, deveriam desvincular-se das lutas sociais contra o capital. Finalmente, tais perspectivas acabam por considerar *o fim da centralidade do trabalho* e o estabelecimento de uma centralidade produtiva

técnico-científica, cuja pertinência real deverá ser repensada à luz das mobilizações sociais e greves que emergem nos anos 1970 e 1980 e da imposição de um programa político e econômico que acarretou a derrota, nas décadas seguintes, de importantes setores organizados e politizados dos movimentos operários e sindicais.

### Referências bibliográficas

- BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O fim da ideologia*. Brasília: UnB, 1980.
- BENSAÏD, D. *Marx, o Intempestivo: grandeza e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BRAGA, R.; BIANCHI, A. 1968 e depois: os estudantes e a condição proletária. *Outubro*, n. 17, p. 15-41, 2008.
- CALLINICOS, A. *Contra el Posmodernismo*. Buenos Aires: Ediciones RYR, 2011.
- Eder, K. *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*. London: Sage, 1993.
- ELEY, G. *Forjando a Democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- LALOIRE, M. Que é o mínimo vital? *Análise Social*, v. 5, n. 19, p. 373-382, 1967.
- PARIS: dans le Quartier latin, une longue nuit de barricades. *L'obs*, Paris, 10 mai. 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2fKbiWw>. Acesso em: 12 abril 2016.
- LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARCUSE, H. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MINGUET, G. Les mouvements sociaux, la sociologie de l'action et l'intervention sociologique. A propos de deux ouvrages d'Alain Touraine. *Revue Française de Sociologie*, n. 21-1, p. 121-133, 1980.
- SASSOON, D. *One Hundred Years of Socialism: The West European Left in the Twentieth Century*. London: I.B. Tauris, 2010.
- TOURAINÉ, A. *A Sociedade Post-Industrial*. Lisboa: Moraes, 1971.
- \_\_\_\_\_. *La voix et le regard*. Paris: Seuil, 1978.

\_\_\_\_\_. *O retorno do actor*. Lisboa: Instituto Piaget, 1985

\_\_\_\_\_. *Sociologie de l'action*. Paris: Seuil, 1965.

TOURAINÉ, A.; DUBET, F.; HEGEDUS, Z.; WIEVIORKA, M. (ed.). *Lutte étudiante*. Paris: Seuil, 1978.

VAILLANCOURT, J. Mouvement ouvrier et nouveaux mouvements sociaux: l'approche d'Alain Touraine. Note critique. *Cahiers de Recherche Sociologique*, n. 17, p. 213-222, 1991.

WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1993. v. 2.